

Em Tese

USO DAS REDES SOCIAIS, VALORES DEMOCRÁTICOS E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NO BRASIL

Use of social networks, democratic values and institutional trust in Brazil

Bruno Mello Souza

Doutor

Universidade Estadual do Piauí, Departamento de Ciências Sociais, Teresina, Piauí

brunosouza@cchl.uespi.br

<https://orcid.org/0000-0003-1611-0581> 

Maria Antonia Vieira

Graduanda

Universidade Estadual do Piauí, Departamento de Ciências Sociais, Teresina, Piauí

mariaavieira@aluno.uespi.br

<https://orcid.org/0000-0001-8203-9977> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo busca verificar os possíveis impactos da participação nas redes sociais da internet sobre os valores democráticos dos brasileiros, e da confiança e desconfiança destes para com as instituições políticas do País. Para isso, foi examinada a fonte de informação política preferencial dos indivíduos, para averiguar a existência (ou não) de diferenças entre aqueles que se informam por meio das redes sociais em comparação com aqueles que preferem se informar por outros meios. Os dados utilizados neste artigo são fornecidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018. A partir dos resultados encontrados, não foi possível estabelecer uma relação clara entre o uso das redes sociais como fonte prioritária de informação e a desconfiança nas instituições políticas, bem como no que diz respeito ao apoio normativo ao regime e a valores mais ou menos autoritários.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais. Democracia. Confiança institucional.

ABSTRACT

This article seeks to verify possible impacts caused by participation in Internet's social networks on Brazilian democratic values, as well as the level of trust and distrust of these values towards political institutions in the country. In this regard, we used the preferential source of political information of individuals, to investigate the existence (or not) of differences between those who get their information through social media compared with those who prefer other means to inform themselves. The data used in this article are provided by the Brazilian Electoral Study (ESEB) from 2018. From the results yielded, it was not possible to establish a clear relationship between the use of social networks as primary source of information and the lack of trust in political institutions, as well as when it comes to regulatory support to the system and values more or less authoritarian.

KEYWORDS: Social networks. Democracy. Institutional trust.

1 INTRODUÇÃO

O advento da internet e, mais recentemente, das redes sociais, tem gerado um novo ambiente para o fazer política, com um outro tipo de linguagem e de interação entre os atores políticos e os cidadãos, impactando no fluxo de informação (e desinformação) entre os indivíduos. Este novo ambiente também nos leva a uma série de reflexões a respeito de suas oportunidades e consequências para se pensar seus efeitos sobre a participação e a democracia. Por um lado, abre-se a possibilidade de mobilização e comunicação de movimentos sociais, entre entidades da sociedade civil, acelerando processos políticos (PEREIRA, 2011) e potencializando uma participação política mais efetiva (MEDEIROS, 2013), ainda que se saliente que muitas vezes, apesar desse potencial, os usuários não tenham interesse ou disponibilidade para participar (MARQUES, 2006). Por outro, como bem demonstra o documentário “Dilemas das Redes”, da Netflix, em nome de interesses comerciais, a internet e suas redes também criam espaço para a formação de bolhas de opinião, que muitas vezes se materializam em discursos de radicalização e ódio político.

Ao examinarem o cenário eleitoral de 2014 no Brasil, Brugnago e Chaia (2014), por exemplo, sublinham o papel do Facebook no processo de radicalização ideológica e de proliferação de discursos de ódio. Machado e Miskolci (2019), seguindo a mesma linha, argumentam que as redes sociais têm contribuído para o acirramento da polarização política no Brasil.

Os ambientes virtuais, dessa forma, têm impactado, por meio de seus algoritmos, no cenário político, a exemplo do que ocorreu com o YouTube em 2018, quando Jair Bolsonaro venceu a eleição presidencial (REIS; ZANETTI; FRIZZERA, 2020). Reis, Zanetti e Frizzera (2020) destacam como a plataforma de vídeos naquele ano acabou ecoando de forma muito mais contundente as pautas e ideários do lado “conservador” da disputa, o que de alguma forma acabou por se refletir no processo eleitoral.

Do mesmo modo, redes virtuais de troca de mensagens, como o WhatsApp, também parecem impactar no processo político, por meio de seus fluxos de informação e desinformação, rapidamente disseminados em seu ambiente (AZEVEDO, 2020). Além de tudo isso, é perceptível o crescente impacto da internet e de suas redes sociais no que diz respeito ao seu uso por parte das campanhas eleitorais, na busca de repercutir entre os eleitores e conquistar votos (MAIA, 2019; BRITTES; CARNEIRO; RUGGIERI, 2020).

Dessa maneira, pode-se constatar que a internet e suas redes sociais apresentam potenciais positivos e negativos para o ambiente democrático, em que predominam as

poliarquias caracterizadas por aspectos tais como eleições livres e periódicas, amplo direito ao voto e liberdade de expressão e associação (DAHL, 1997). Pelo lado positivo, abre um leque maior de oportunidades para o engajamento político e social. Pelo lado negativo, permite a proliferação de bolhas de opinião, que levam a processos de radicalização muitas vezes voltados a discursos de ódio, reforço de preconceitos, resultando em posturas pouco democráticas por parte de uma quantidade significativa de usuários.

Contudo, independentemente de perspectivas mais otimistas ou pessimistas a respeito da influência das redes sociais, fato é que elas hoje fazem parte da realidade da política contemporânea, e de maneira que parece decisiva. Assim, compreender suas dinâmicas e impactos sobre os indivíduos torna-se de grande importância para se pensar o atual cenário político. Pensar o contexto político sem considerar o panorama dos fluxos de informação e desinformação pode levar a uma significativa lacuna no que concerne à compreensão do processo democrático em sentido mais amplo.

Desse modo, este artigo busca discutir e verificar os possíveis impactos da participação nas redes sociais da internet sobre os valores democráticos¹ dos brasileiros, e da confiança e desconfiança destes para com as instituições políticas do país. Para isso, será examinada a fonte de informação política preferencial dos indivíduos, com o objetivo de averiguar a existência (ou não) de diferenças entre aqueles que se informam por meio das redes sociais em comparação com aqueles que preferem se informar por outros meios mais tradicionais de informação. Essa fonte de informação preferencial será relacionada com variáveis como confiança no governo federal, no congresso nacional, no poder judiciário, nos partidos políticos e nas Forças Armadas; preferência entre democracia e ditadura; concordância com a ideia de uma liderança que seja forte mesmo desrespeitando as leis e as instituições; e concordância com que governo ou congresso desobedeçam as decisões do Supremo Tribunal Federal quando considerem que este esteja interferindo em seu trabalho. Além do cruzamento entre as variáveis supramencionadas, para o desenvolvimento do artigo, realizou-se o teste do Qui-Quadrado a fim de verificar a

¹Por valores democráticos, compreenda-se manifestações dos indivíduos acerca de suas preferências por regime político, percepções a respeito de práticas autoritárias no exercício do governo e confiança nas instituições políticas. Esse tipo de estudo relaciona-se à tradição das pesquisas de opinião pública da área da cultura política, que tem suas bases inauguradas por Almond e Verba (1965) e possui entre seus autores destacados nomes como Ronald Inglehart (1990), Robert Putnam (1996) e, em nível nacional, José Álvaro Moisés (1995) e Marcello Baquero (2001). De acordo com essa perspectiva, elementos relacionados às opiniões, atitudes e comportamentos dos cidadãos possuem relevo para a compreensão do desempenho das democracias. Maior detalhamento acerca dessa linha teórica pode ser encontrado na seção seguinte do presente estudo.

existência ou não de associação entre a fonte de informação preferencial e as demais questões.

Os dados utilizados neste artigo são aqueles fornecidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018. Essa pesquisa é realizada nos anos de eleições presidenciais no País, pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp), e aborda uma série de questões concernentes a percepções políticas, sobre a democracia, os partidos e as instituições em geral.

O exame da relação dos cidadãos com as instituições políticas permanece relevante para a compreensão dos riscos que uma democracia recente, como a brasileira, pode correr quando existe um esgarçamento da confiança política, que historicamente apresenta níveis baixos no Brasil e desde o princípio da transição e consolidação democrática no País apresenta-se como uma preocupação para a literatura e, até os dias de hoje, coloca-se como um problema que demanda reflexões teóricas e empíricas (MOISÉS, 1995; BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2016). Meneguello e Del Porto (2021), também a partir dessa preocupação, ressaltam que baixos níveis de confiança política podem acarretar ceticismo e suspeitas sobre as instituições, prejudicando a governança democrática ao gerar um ambiente de hostilidade e falta de cooperação em relação a políticas públicas propostas pelo Estado. Busca-se, dessa maneira, a partir da constatação da importância da confiança nas instituições democráticas, oferecer uma contribuição para as reflexões a respeito dos impactos da internet e das redes sociais sobre as atitudes políticas, uma questão bastante presente no mundo contemporâneo, que repercute diretamente na democracia e nas dinâmicas políticas dos tempos atuais.

2 BASES TEÓRICAS SOBRE CULTURA POLÍTICA, CONFIANÇA E DEMOCRACIA

A compreensão dos valores democráticos e da confiança política em um determinado país, e em determinados grupos dentro deste, está intimamente conectada com a tradição teórica que aborda o conceito de cultura política e suas análises baseadas em pesquisas de opinião pública. Considera-se, para este artigo, a definição do conceito de cultura política como algo que se estrutura a partir das predisposições atitudinais dos cidadãos, a maneira como se relacionam com as esferas institucionais, e seu interesse pelos assuntos de natureza política. Almond e Verba (1965), os pais fundadores do conceito, definem cultura política como sendo o processo por meio do qual as orientações

e as atitudes dos indivíduos se configuram em relação ao sistema político e às instituições. A obra seminal dos referidos autores, *The Civic Culture* (1965), é considerada a primeira empreitada na busca por operacionalizar e aplicar o conceito de cultura política. Na referida obra, os autores procuram explicações para as condições que culminaram na expansão e na disseminação da democracia na segunda metade do século XX. A linha de argumentação desses estudiosos direcionava-se a demonstrar como o sufrágio universal e os partidos políticos, ainda que fundamentais, não seriam suficientes para engendrar uma democracia plena. Existiria, de acordo com Almond e Verba (1965), a necessidade de uma cultura política que fosse congruente com esse arranjo institucional. Os autores destacam diferentes tipos pelos quais a cultura política pode ser classificada: (1) paroquial, (2) súdita e (3) participante. No primeiro tipo, os indivíduos apresentariam pouco ou nenhum conhecimento sobre os objetos políticos, situação que dificulta a formação de sentimentos ou de julgamentos em relação aos objetos do sistema político. No segundo tipo, os sujeitos apresentam uma consciência relativamente elaborada acerca dos mecanismos para a satisfação de demandas, porém não têm o mesmo nível de conhecimento e interesse no que concerne aos instrumentos de encaminhamento das demandas, ficando, desse modo, sujeitos ao poder instituído. O terceiro tipo diz respeito aos casos em que os cidadãos compartilham uma cultura política na qual são dotados de conhecimentos e de orientações afetivas e avaliativas sobre o sistema como um todo e, a partir disso, possuem as ferramentas necessárias para adotar posturas ativas (ALMOND; VERBA, 1989). Uma cultura política que seja capaz de combinar os três tipos de ideais seria, para os referidos pesquisadores, a mais favorável, configurando uma cultura cívica.

Cabe ressaltar, por outro lado, a existência de alguns questionamentos importantes a respeito do estudo empreendido por Gabriel Almond e Sidney Verba. Ribeiro (2008) salienta que o primeiro desses questionamentos diz respeito à imprecisão do termo “cultura política”. De acordo com Pye (1972), esse termo foi utilizado de maneira indiscriminada e vaga. No livro *Political Culture Revisited*, Almond (1989) reconheceu a pertinência da crítica e justificou essa imprecisão pelo caráter pré-teórico da formulação inicial, uma vez que o objetivo do qual havia partido junto com Verba era afirmar a relevância dos sentimentos, das crenças e das orientações para a análise do exame das predisposições de natureza política. Um segundo questionamento está relacionado à perspectiva etnocêntrica presente nas entrelinhas das conclusões do primeiro estudo dos autores, que partem de um conceito de política restrito aos aspectos institucionais e formais do ponto de vista representativo, definindo como melhores as culturas políticas mais congruentes com essa opção conceitual

(RENNÓ, 1998). Desse modo, a teoria empírica da democracia formulada por Almond e Verba acabaria por adquirir um caráter ideológico, favorecendo o *status quo* das sociedades de capitalismo desenvolvido e deixando em segundo plano os efeitos de diferenças entre classes sociais na definição da cultura cívica como potencialmente democrática (PATEMAN, 1989). Tal tendência, ideologicamente influenciada, somente viria a ser superada quando as pesquisas de cultura política passaram a ser orientadas pela tentativa de levar a cabo uma interpretação das culturas políticas de cada contexto em suas especificidades, sem buscar encaixar essas culturas em algum modelo de tipologia pré-estabelecido (RIBEIRO, 2008).

Entretanto, a crítica de maior repercussão deu-se a respeito do questionamento da propriedade causal e da capacidade explicativa das variáveis estudadas no termo “cultura política” (RIBEIRO, 2008). Barry (1988) enfatiza que o livro *The Civic Culture* somente se sustenta em sua essência ao supor que as variáveis que compõem a cultura política impactam os regimes democráticos. O referido autor propõe uma inversão dessa relação de causa e efeito, afirmando ser mais plausível considerar que as experiências sob instituições democráticas afetariam a cultura política, e não o contrário (BARRY, 1988). Pateman (1971) segue na mesma linha, afirmando que experiências de socialização política propiciadas por instituições democráticas seriam responsáveis pela internalização de valores democráticos. Almond (1989), por seu turno, destaca que as orientações políticas subjetivas sempre foram trabalhadas, tanto no estudo inicial quanto nos trabalhos subsequentes, como variáveis influenciadas por elementos externos, sendo, simultaneamente, dependentes e independentes.

De todo modo, tais críticas, combinadas com a disseminação de modelos racionalistas de análise, levaram os estudos de cultura política a um período de pouco destaque, que viria a ser interrompido nos anos 1980. É então que ganham destaque as pesquisas empreendidas por Robert Putnam. O autor traz para o núcleo da discussão a relevância da confiança, colocando-a como fator importante para que se compreenda o desempenho das instituições políticas. Putnam (1996) constatou, a partir de um contexto de reforma institucional ocorrido no início da década de 1970, com base em uma pesquisa empírica que durou vinte anos, que as regiões da Itália que possuíam uma cultura mais cívica apresentavam também uma maior eficiência administrativa e, principalmente, uma maior relação de confiança interpessoal e institucional.

Cabe ressaltar, contudo, que nem por todos os prismas a desconfiança é vista como algo nocivo à saúde democrática. A abordagem de Pippa Norris (1999; 2011) e de Ronald

Inglehart (1999), que tratam a questão do aumento da informação e da criticidade dos cidadãos em relação ao funcionamento do sistema democrático, faz emergir uma perspectiva que trata a desconfiança como mecanismo de demanda por uma atuação mais eficiente dos atores políticos e das instituições.

Porém, a perspectiva do presente artigo é a de que a desconfiança crônica e em excesso prejudica o desempenho democrático, podendo gerar afastamento e cinismo dos cidadãos em relação à esfera pública. Tal perspectiva coloca-se em sintonia com estudos desenvolvidos por David Easton (1965). De acordo com o autor, o desempenho de sistemas democráticos depende do apoio das massas a esse regime. A existência de uma reserva de apoio popular ao governo proporcionaria maior facilidade à administração e estimularia a concordância da população com as ações governamentais. Segundo Easton (1965), a existência de apoio por parte dos indivíduos a um sistema político colabora para o aumento da legitimidade democrática desse sistema. O apoio a um sistema político pode ocorrer de dois modos: específico ou difuso. O primeiro diz respeito a uma situação conjuntural na qual os cidadãos oferecem apoio político em relação à satisfação que o sistema propicia sobre suas demandas. O apoio difuso, por sua vez, possui caráter mais leal, tende a ser mais duradouro e generalizado e, na maioria das vezes, resulta de um processo de socialização política mais intensa (EASTON, 1965).

Outro estudo extremamente importante na retomada da abordagem culturalista é o de Ronald Inglehart (1988). O autor busca sustentar algumas afirmações em relação a valores e atitudes associados com a democracia, quais sejam: (i) diferentes sociedades estão situadas em diferentes graus de uma determinada síndrome de valores e atitudes políticas; (ii) tais diferenças são persistentes, porém não imutáveis; (iii) essas diferenças possuem consequências políticas importantes, ligando-se à viabilidade das instituições democráticas. Na relação causal entre elementos culturais e institucionais, Inglehart enfatiza que satisfação com a vida, satisfação política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente constituem uma síndrome de atitudes favoráveis às instituições democráticas.

Em suma, o plano de fundo teórico do qual o presente estudo parte é de que, para além da dimensão procedimental, também é fundamental que se leve em consideração a forma com que os indivíduos se relacionam com o regime democrático, como interpretam seus mecanismos e de que maneira se configuram as relações de confiança neste cenário.

3 REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA

Nos últimos anos, diversos autores têm se dedicado a refletir a respeito das implicações da internet para o ambiente democrático. Enquanto alguns estudos apresentavam uma perspectiva mais otimista, outros mais recentes têm se debruçado sobre consequências deletérias das redes sociais nos processos democráticos. Nesta seção, é apresentada uma revisão de literatura focada nessas reflexões, de modo a oferecer subsídios para a análise proposta neste artigo.

No que tange esse ponto, para o lado que traz uma interpretação promissora do papel da internet, Pereira (2011) estabelece uma análise a respeito do potencial dessas ferramentas para a atuação dos movimentos sociais, proporcionando os canais para o surgimento de novas formas de ativismo social. De acordo com o autor, a internet poderia criar e aperfeiçoar repertórios de ação de tais movimentos. Destaca-se nesse sentido a oportunidade dos movimentos sociais de criar seus sites, fóruns de discussão, blogs, e-mails e estabelecer uma narrativa que contraponha as interpretações publicizadas pelos meios de comunicação tradicionais. Isso contribuiria, de certo modo, para democratizar o debate público. Medeiros (2013), por sua vez, aborda a internet em suas potencialidades como uma possível esfera pública, propiciando a participação e o engajamento de atores que, sem os recursos de interação possibilitados pela rede mundial de computadores, não poderiam se fazer presentes nos debates. Pesquisas em nível internacional têm se debruçado sobre a questão da utilização da internet para mobilização e coordenação de atividades políticas dos cidadãos (VALENZUELA; PARK; KEE, 2009; VITAK et al, 2011). Nessa esteira, estudo empreendido por Warren, Sulaiman e Jaafar (2014) indica o potencial do engajamento via mídias sociais para o aumento da confiança nas instituições. Desse modo, esse tipo de engajamento poderia ser uma fonte importante para aumento dos estoques de capital social em determinados contextos.

Gomes (2005 apud MEDEIROS, 2013), nesse sentido, trata a internet como um meio pelo qual alguns cidadãos podem encontrar outros cidadãos, exercendo a participação democrática e a interação de maneira informada. As redes poderiam, desse modo, potencializar os movimentos sociais por meio dos fluxos de informação e engajamento ligando iniciativas locais a iniciativas globais (MEDEIROS, 2013). Ao problematizar tal questão, por outro lado, Marques (2006) salienta que o modelo de esfera pública que demande um engajamento intenso, permanente e racional pode encontrar entraves significativos diante da realidade social na contemporaneidade, uma vez que os indivíduos

não apresentam tal disponibilidade nesses níveis. Desse modo, cresceria a importância de estímulo à participação social e política e às capacidades críticas por parte dos cidadãos para se pensar uma esfera pública a partir destes moldes (MARQUES, 2006).

Por outro lado, existe uma perspectiva que aborda uma realidade mais sombria e problemática em relação ao papel das redes sociais da internet, levando-se em consideração um contexto no qual, em nome de interesses comerciais, a internet e suas redes também criam espaço para a formação de bolhas de opinião, que muitas vezes se materializam em discursos de radicalização e ódio político.

Brugnago e Chaia (2014), examinando o contexto após as manifestações de junho de 2013, verificam, de forma combinada, que este panorama se caracterizou, por um lado, pelo reforço de uma forte sensação de desconfiança para com a mídia tradicional e, por outro, pela potencialização do uso da internet como meio comunicativo e para informação no Brasil. Os autores diagnosticam um acirramento dos ânimos e trabalham o papel do Facebook nesse contexto; afirmam que o ambiente de liberdade de expressão e homofilia, já típicos de uma rede social com as características do Facebook, acabam por reforçar posturas radicais do ponto de vista ideológico.

Assim, com o tempo, todo o conteúdo que o usuário da mídia social passa a expor se torna cada vez mais direcionado para a sua tendência ideológica: as notícias, os comentários, os blogueiros que são compartilhados, além de todas as informações que são direcionadas para a sua timeline. O debate vai naturalmente se esvaziando e se distanciando. Virtualmente o outro, o de ideologia diferente, passa a estar distante. A impressão que se cria é que a maioria está ao seu lado, e o seu lado é o lado que sabe a verdade. A militância do outro passa a ser encarada como fraca, quase inexistente, uma vez que você não a vê mais (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p. 123).

Lídia Raquel Herculano Maia (2019), ao examinar as páginas de Facebook dos três principais concorrentes ao pleito presidencial de 2014, nota uma significativa disposição dos eleitores em contribuir com as campanhas, principalmente nos espaços destinados aos comentários. A autora constata que essa participação se dá em boa medida no sentido de demarcar território contra eleitores adversários que surgem criticando ou colocando em xeque os candidatos em questão. Tais conclusões corroboram Pariser (2011), que enfatiza que, ao criar uma experiência personalizada para cada usuário, os algoritmos do Facebook tendem a fazer o indivíduo mergulhar em “filtros bolha”, que podem servir para reforçar preconceitos e fechar-se cada vez mais a opiniões e perspectivas diferentes das suas. Maia (2019) afirma que

[...] esse maniqueísmo fica evidente na tentativa de formação da ideia de um ‘nós’ em relação a um ‘eles’. A política dos eleitores caracteriza-se, então,

pela disputa dos espaços públicos simbólicos construídos nas redes sociotécnicas, nos quais se forma o antagonismo 'nós x eles'. Convertido em inimigo a ser combatido, o 'eles' se torna uma voz a ser calada e expelida, não importando o que tenha a dizer (MAIA, 2019, p. 50).

Ainda examinando o Facebook, Brittes, Carneiro e Ruggeri (2020), ao analisar a campanha eleitoral de 2018, constatam que as estratégias utilizadas pelos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad naquele ano contribuíram para o acirramento do debate político no Brasil. Os candidatos, a partir da referida rede social, buscaram transmitir a imagem de que incorporavam o “bem” contra o “mal” representado pelo adversário. Essa perspectiva maniqueísta, segundo os autores, contribuiu para a radicalização e polarização do processo eleitoral que culminaria com a eleição de Bolsonaro.

Em direção semelhante, Jorge Machado e Richard Miskolci (2019) verificam como as redes sociais contribuíram para o processo de polarização política no país observado especialmente a partir de 2013, na esteira dos acontecimentos de junho daquele ano. Nesse sentido, os algoritmos desempenham papel importante nas formas como os sujeitos se relacionam nessas redes, criando as bolhas de opinião, com posicionamentos ideológicos semelhantes. Essas redes gerariam uma sensação maior de protagonismo e autonomia nos indivíduos, de participação em um espaço mais democrático, mas na realidade as referidas bolhas também emulariam dinâmicas das mídias tradicionais, com seus formadores de opinião e a reprodução por parte dos seguidores.

Mais recentemente, observando as eleições brasileiras de 2018, Ruth Reis, Daniela Zanetti e Luciano Frizzera (2020) afirmam que as redes sociais tiveram importante papel na disseminação e amplificação de discursos, especialmente aqueles de ódio, intolerância e desinformação por meio das fake news. Os autores se debruçam mais especificamente sobre o papel dos algoritmos do YouTube e constatam uma predominância dos conteúdos relacionados à candidatura de Jair Bolsonaro na plataforma, em comparação com outros atores políticos, como Lula, ex-presidente e liderança histórico do Partido dos Trabalhadores, reeleito como presidente do Brasil nas eleições de 2022 e que em 2018 fora preso, enquanto Fernando Haddad foi candidato de última hora do partido. Segundo os autores:

[...] o sistema de recomendações do YouTube ofereceu para os seus usuários uma coleção de vídeos que refletia muito mais os percursos e discursos trilhados e traçados pelos apoiadores do candidato Jair Bolsonaro do que de outros candidatos. Tal fato corrobora o que hoje se conclui em diversas análises de que os seguidores de Bolsonaro conquistaram muito mais espaço nas redes sociais digitais do que os demais, talvez até mais do que as atividades orgânicas possam demarcar, devido ao intensivo uso de

robôs nas interações realizadas. Esses achados demonstram que a plataforma gera um efeito de reiteração que não contribui para o esclarecimento sobre as diferentes posições políticas em disputa e nem reflete os níveis de polarização verificados no convívio cotidiano e nos resultados eleitorais. (REIS; ZANETTI; FRIZZERA, 2020, p. 55-56)

Outra rede social que serve como importante veículo e que, portanto, possui peso para a compreensão dos desdobramentos eleitorais verificados no país, é o WhatsApp. Dilvan Azevedo (2020), ao abordar o papel que esta plataforma desempenhou no processo eleitoral de 2018, destaca que a influência desta rede social esteve longe de poder ser considerada como positiva, uma vez que a plataforma foi utilizada, em grande medida, para disseminar desinformação. Os receptores de conteúdos do WhatsApp entrevistados, em geral apresentaram-se como céticos em relação às fake news disseminadas por meio da plataforma, mas ao mesmo tempo consideram que essas notícias falsas acabam por influenciar decisivamente o voto de outrem, configurando-se aí o que se chama na Comunicação de “Efeito de Terceira Pessoa”².

Em suma, a literatura tem apresentado de diferentes maneiras que as plataformas que constituem as redes sociais da internet de fato têm desempenhado um papel importante como meios de transmissão de mensagens políticas e de interação entre os sujeitos, podendo, desse modo, repercutir inclusive na maneira pela qual os indivíduos se posicionam em relação à política. Isso ganha especial relevo quando consideramos a importância do apoio ao regime e da confiança política em uma democracia ainda jovem, como a brasileira. Vários autores (MOISÉS, 1995; FILGUEIRAS, 2012; BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2016; LAZZARI, 2017; CASTRO, 2019; MENEGUELLO; DEL PORTO, 2021) têm se debruçado sobre essa questão desde o processo de transição política até os dias de hoje, afirmando a relevância da compreensão da opinião pública, mais especificamente da confiança política, para o amadurecimento e consolidação da democracia no país. De modo geral, a falta de confiança e apatia política são considerados entraves para o pleno desenvolvimento democrático do país, esvaziando as instituições de significado e estabelecendo um regime que ainda funciona do ponto de vista procedimental, mas que carece de maior adesão por parte dos cidadãos. Isso levaria a uma permanente instabilidade pela falta de um apoio substantivo à democracia no que tange ao seu funcionamento e acabaria facilitando a consolidação de discursos populistas e antidemocráticos, que vão na contramão da conquista de direitos sociais caros a uma

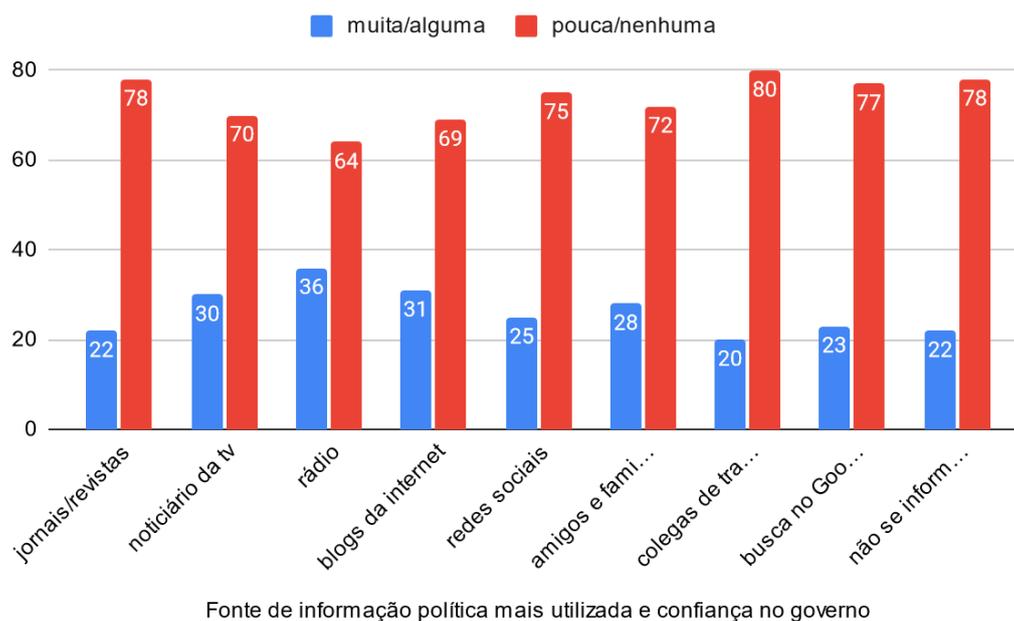
² Para uma compreensão mais aprofundada acerca do “Efeito de Terceira Pessoa”, ver Perloff (2002).

democracia que pretenda ultrapassar o âmbito dos procedimentos. Considerando todos estes aspectos, a próxima seção deste artigo apresenta dados para examinar se a fonte de informação política de fato pode indicar diferentes atitudes e comportamentos dos brasileiros em relação ao regime democrático e suas instituições.

4 DADOS EMPÍRICOS SOBRE VALORES DEMOCRÁTICOS E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NO BRASIL: A FONTE DE INFORMAÇÃO FAZ DIFERENÇA?

A partir deste ponto, passamos a examinar a possível relação entre a fonte de informação mais utilizada pelos brasileiros e a confiança institucional e os valores democráticos. Os dados utilizados foram extraídos a partir do banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2018. O ano de referência foi escolhido por ter sido um contexto no qual especialmente se abordou o impacto das redes sociais sobre a postura dos cidadãos, bem como pela escolha do voto (AZEVEDO, 2020; BRITTES; CARNEIRO; RUGGERI, 2020; REIS; ZANETTI; FRIZZERA, 2020). O Gráfico 1 apresenta o cruzamento entre a fonte de informação mais utilizada pelos entrevistados e a confiança no governo federal.

Gráfico 1- Fonte de informação mais utilizada e confiança no governo (%)³



$\chi^2 = 1,86$; $p > 0,05$
 $n = 2506$
 Fonte: ESEB (2018).

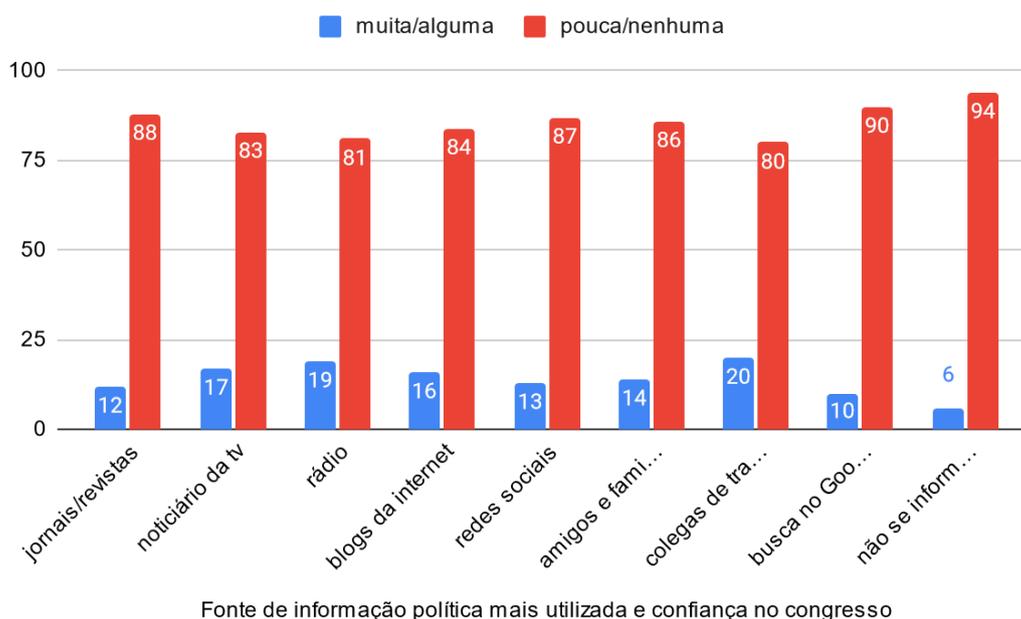
De um modo geral, independentemente da fonte de informação preferencialmente utilizada pelos brasileiros, os níveis de confiança no Governo Federal eram baixos no ano de 2018. O maior percentual de confiança encontra-se entre os ouvintes de rádio (36%). Já os índices de desconfiança são bastante significativos, sendo que em nenhum dos grupos comparados baixaram de 64%. O maior percentual de desconfiança encontrado está entre aqueles que têm como fonte preferencial de informação as conversas com colegas de trabalho (80%), seguidos pelos leitores de jornais e revistas e por aqueles que não se informam sobre política (78%). Na sequência, aparece o grupo dos que se informam por buscas no Google (77%), e só depois aqueles que adotam as redes sociais como fonte preferencial, com 75%.

Em seguida, apresenta-se o Gráfico 2, que relaciona a fonte preferencial de informação com a confiança no Congresso, que pode representar uma percepção mais

³ Para efeitos do teste do Qui-Quadrado, que foi realizado utilizando o software PSPP, a variável de fonte de informação foi recodificada em suas categorias para “redes sociais” e “outras respostas”, para que se pudesse estabelecer o foco nessa possível binariedade no comportamento dos entrevistados. Ainda a respeito deste teste, sempre que o valor p for maior que 0,05 (correspondente a uma significância de 5%), interpreta-se a não associação entre as variáveis; quando o valor p for menor, indica-se a existência de associação entre as variáveis. Para mais detalhes acerca desse tipo de teste, ver Barbetta (2002).

difusa do ponto de vista institucional, já que no âmbito do parlamento convivem as mais distintas forças políticas com seus respectivos ideais e interesses.

Gráfico 2- Fonte de informação preferencial e confiança no Congresso (%)



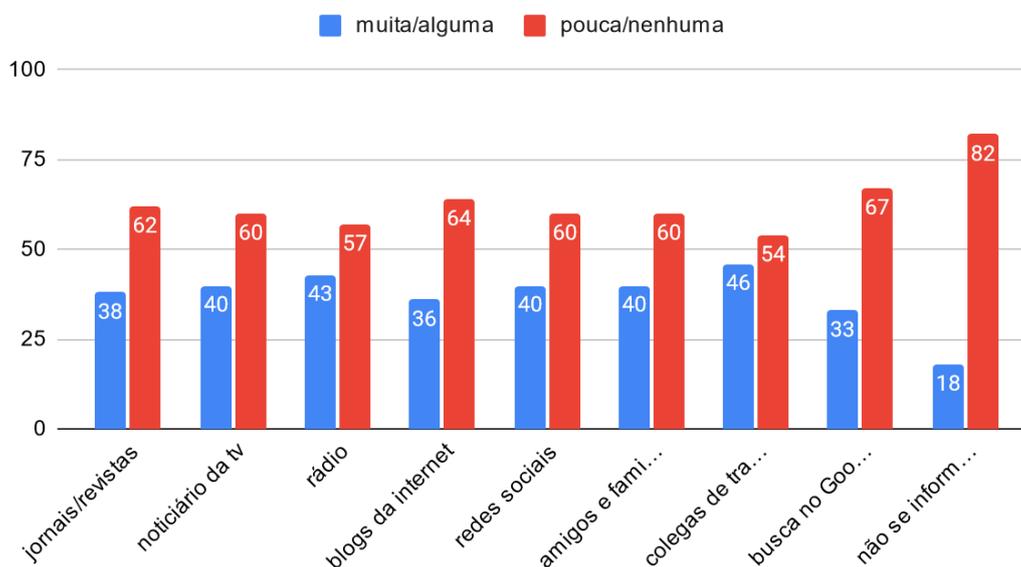
$\chi^2 = 1,11$; $p > 0,05$
n = 2506
Fonte: ESEB (2018).

Assim como fora visto em relação à confiança no Governo Federal, quando analisamos os percentuais de confiança e desconfiança em relação ao Congresso Nacional, percebemos um cenário generalizado de desconfiança dos entrevistados recaindo sobre os parlamentares brasileiros. Faz-se necessário enfatizar, inclusive, que os níveis gerais de desconfiança no Congresso são maiores do que o verificado em relação ao governo: a faixa menos desconfiada (daqueles indivíduos que se informam sobre política por meio de conversas com colegas de trabalho) apresenta não menos que 80% de desconfiança. O maior percentual de desconfiança aparece entre aqueles que não se informam sobre política (94%). Em seguida, aparecem aqueles que costumam se informar via pesquisas no Google, com 90% de desconfiança. Na sequência estão aqueles que se informam por meio de jornais e revistas (88%), e, após estes, os indivíduos que se informam pelas redes sociais, que são o foco principal do presente trabalho.

No próximo gráfico, verifica-se outra esfera institucional fundamental em uma democracia, o âmbito institucional da justiça. O exame da possível relação entre fonte de

informação e confiança no Poder Judiciário pode trazer informações que não devem ser desprezadas.

Gráfico 3- Fonte de informação preferencial e confiança no Judiciário (%)



Fonte de informação política mais utilizada e confiança no judiciário

$\chi^2 = 0,51$; $p > 0,05$

$n = 2506$

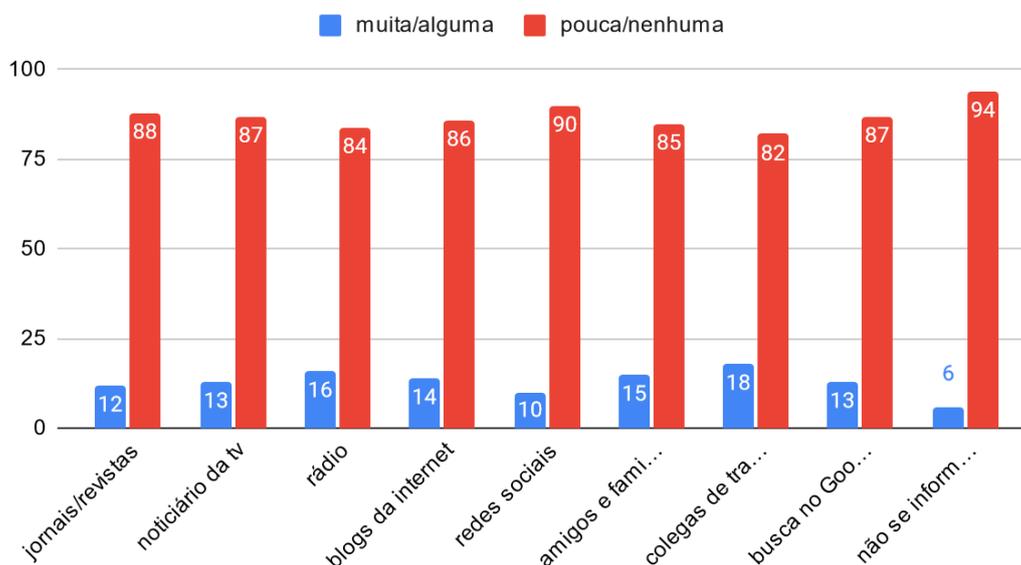
Fonte: ESEB (2018).

Entre os três poderes examinados, o Judiciário é aquele no qual os entrevistados, na média, demonstram índices maiores de confiança, embora os percentuais de desconfiança não possam ser considerados baixos. Assim como no caso do Congresso Nacional, no que concerne ao Poder Judiciário, a maior desconfiança repousa entre aqueles que manifestam não se informar sobre política, com 82%, significativamente mais do que o segundo lugar, aqueles que se informam pelo Google, que apresentam 15 pontos percentuais a menos. Na sequência, os mais desconfiados estão entre aqueles que se informam por meio de blogs da internet (64%). Aí, pode-se destacar nessas primeiras posições o protagonismo da internet, ainda que não na categoria específica das redes sociais, que aparece com 60% (juntamente com as categorias “noticiário da tv” e “amigos e familiares”) após aqueles que utilizam jornais e revistas (62%).

Outro domínio de fundamental importância para a compreensão do cenário democrático no Brasil refere-se aos partidos políticos. São eles as instituições responsáveis por representar interesses, grupos e demandas dentro da sociedade, estabelecendo uma

ponte entre os eleitores e os representantes políticos. Considerando isso, abaixo verifica-se o cruzamento entre a fonte de informação preferencial e a confiança nos partidos políticos.

Gráfico 4- Fonte de informação preferencial e confiança nos partidos (%)



Fonte de informação política mais utilizada e confiança nos partidos

$$\chi^2 = 4,05; p > 0,05$$

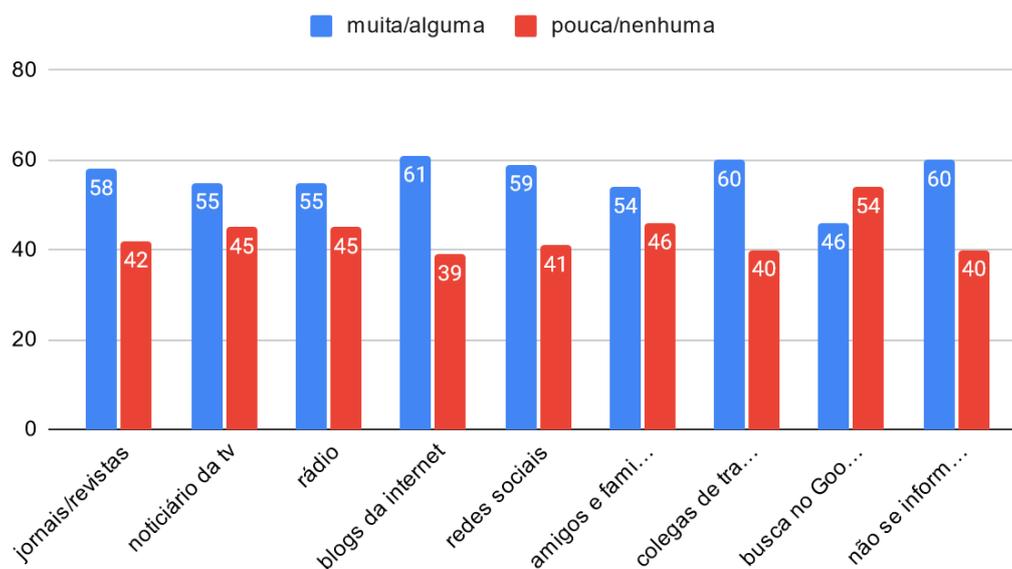
n = 2506

Fonte: ESEB (2018).

No que tange os partidos políticos, também verifica-se uma forte e generalizada desconfiança. O maior percentual de confiança encontra-se entre aqueles que manifestaram informar-se sobre política com colegas de trabalho, 18%, baixíssimo se comparado com os 82% que manifestaram desconfiança dentro dessa mesma categoria de indivíduos. Os maiores níveis de desconfiança estão entre aqueles que não se informam sobre política (94%). Em seguida, 90% dos que se informam pelas redes sociais apresentam-se desconfiados com os partidos.

No que diz respeito ao atual cenário democrático do Brasil, também é de grande interesse verificar como tem se constituído a confiança nas Forças Armadas, uma vez que o governo de Jair Bolsonaro, que se encerrou no fim de 2022, além de se alicerçar em uma retórica de valorização dessa instituição de Estado, aumentou significativamente a presença de militares em cargos civis no Executivo Federal (SCHMIDT, 2022).

Gráfico 5- Fonte de informação preferencial e confiança nas Forças Armadas (%)



Fonte de informação política mais utilizada e confiança nas Forças Armadas

$$\chi^2 = 4,2; p > 0,05$$

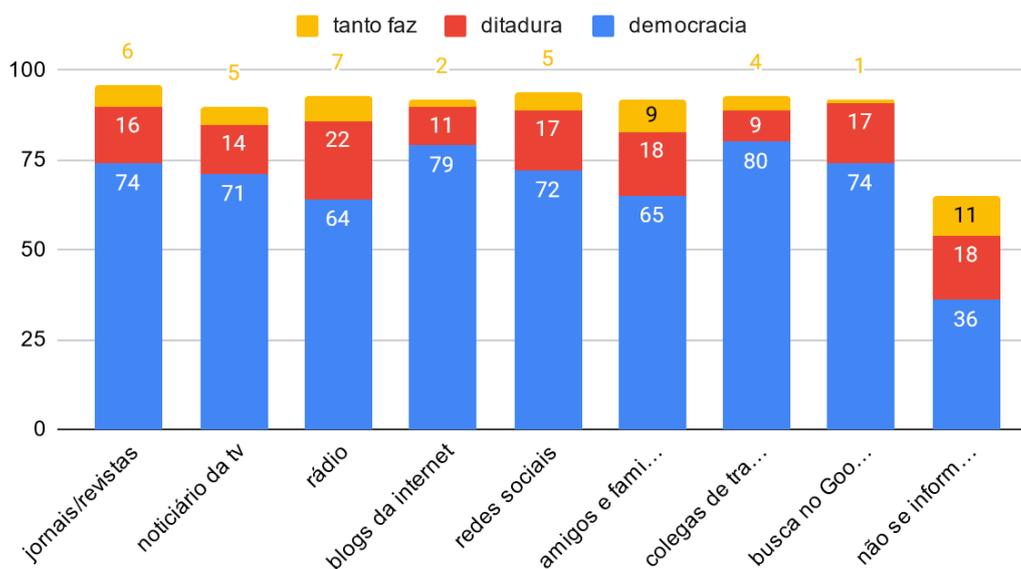
n = 2506

Fonte: ESEB (2018).

Pela primeira vez, entre as variáveis de confiança nas instituições examinadas neste artigo, verifica-se que a confiança supera a desconfiança em quase todas as categorias. De modo geral, os percentuais de confiança nas Forças Armadas entre os brasileiros ficam nas cercanias dos 60%. A única categoria em que a desconfiança supera a confiança é a dos sujeitos que afirmam se informar por pesquisas no Google. O maior percentual de confiança nos militares (61%) está entre aqueles que manifestam se informar preferencialmente por meio de blogs da internet. Em seguida, temos os que não se informam e que se informam conversando com colegas de trabalho (60%). Após estes, aparecem aqueles que fazem uso preferencial das redes sociais para se informar (59%).

Uma vez verificados os padrões de confiança demonstrados pelos entrevistados, a partir de agora passa-se a olhar com mais cuidado as possíveis relações entre fonte preferencial de informação e a preferência pelo regime democrático por parte dos brasileiros. O Gráfico 6 ilustra estes dados.

Gráfico 6- Fonte de informação preferencial e preferência pela democracia (%)



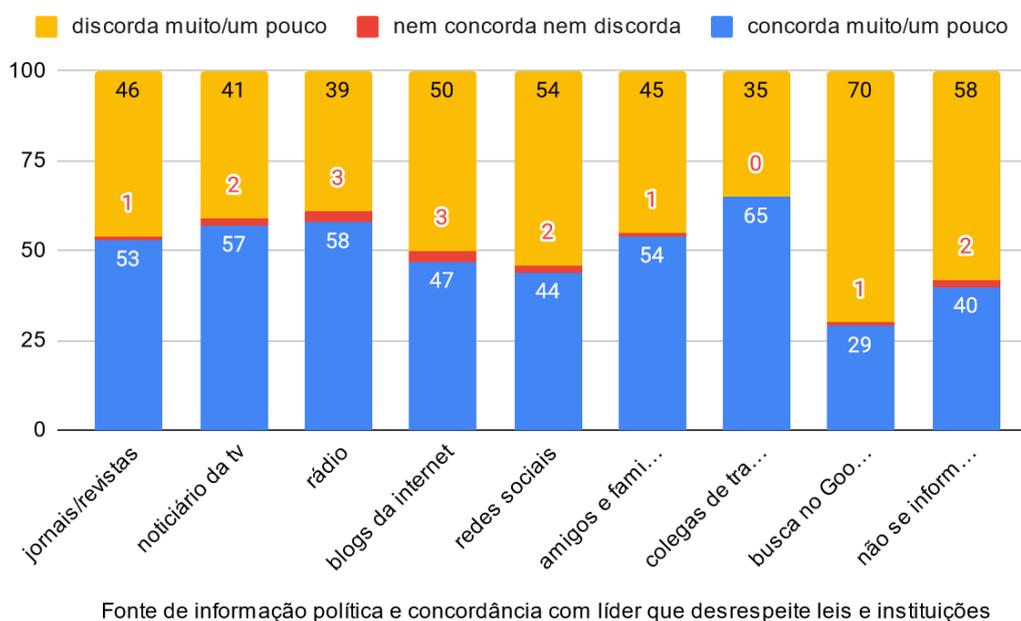
Fonte de informação política mais utilizada e preferência entre democracia e ditadura

$\chi^2 = 0,68$; $p > 0,05$
 $n = 2506$
 Fonte: ESEB (2018).

É possível constatar a existência de um significativo apoio normativo ao regime democrático entre os brasileiros. Entre as distintas fontes de informação, o percentual de preferência pela democracia mais baixo é de 65%, entre aqueles que ouvem rádio. De resto, somente destoam aqueles que manifestaram não se informar por fonte nenhuma, que pouco se posicionam sobre o tema, com alto percentual de não resposta. Os dados indicam o maior percentual de preferência pela democracia entre aqueles indivíduos que manifestam como fonte preferencial de informação as conversas com colegas de trabalho (80%). Em seguida aparecem aqueles que se informam por meio de jornais e revistas e aqueles que utilizam o Google para essa finalidade (74%). Na sequência, com 72% estão os sujeitos que manifestam se informar pelas redes sociais. No que concerne à abertura à hipótese de um governo autoritário, o maior percentual está entre os ouvintes de rádio (22%), seguidos por aqueles que se informam com familiares e não se informam (18% cada) e por aqueles que se informam pelas redes sociais e pelo Google (17% cada).

Além do apoio normativo ao regime democrático, torna-se de especial relevo examinar a possível relação entre fonte preferencial de informação e a aceitação de lideranças que desrespeitem a lei e as instituições, o que iria de encontro com a perspectiva de um Estado Democrático de Direito.

Gráfico 7- Fonte de informação preferencial e concordância com líder que desrespeite leis e instituições (%)



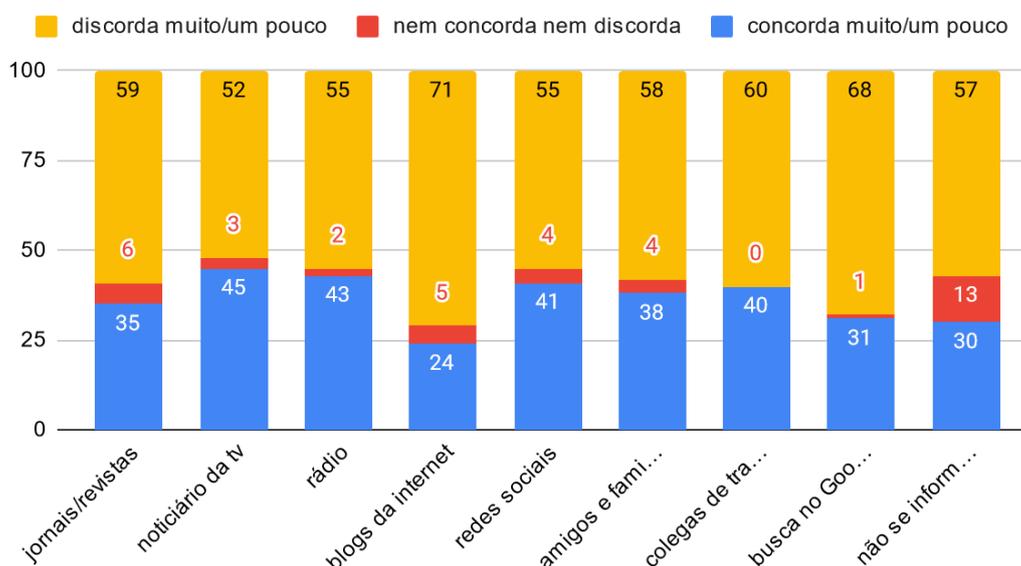
$\chi^2 = 16,41$; $p < 0,05$
 $n = 2506$
 Fonte: ESEB (2018).

O Gráfico 7 indica que a aceitação a lideranças políticas que desrespeitem as instituições e as leis supera os 50% em cinco das dez categorias: em primeiro lugar, entre os que se informam sobre política com colegas de trabalho (65%); em segundo lugar, entre aqueles que se informam pelo rádio (58%); em terceiro lugar no que concerne a essa aceitação estão os respondentes que utilizam a tv como fonte preferida de informação (57%); em seguida estão aqueles que se informam com amigos e família (54%); e na sequência, os que adotam os jornais e revistas como fonte preferencial (53%). Depois destes, com menos de 50% de aceitação de líderes que atentem contra o Estado Democrático de Direito estão os que se informam por blogs (47%) e só então surgem os indivíduos que manifestam adotar as redes sociais (44%). Pela primeira vez, o teste do Qui Quadrado indicou $p < 0,05$, o que indica uma associação entre as variáveis, porém, no sentido de que aqueles que deram respostas concordantes com esse tipo de liderança aparecem em maior percentual na parcela de indivíduos que manifestaram utilizar outras fontes de informação política que não as redes sociais, 54%.

Na mesma esteira de aceitação de práticas que conflitam com a ideia de Estado Democrático de Direito, o oitavo e último gráfico apresentado neste estudo apresenta a

possível relação entre fonte de informação política e concordância com que o governo ou o congresso nacional ignorem o Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 8- Fonte de informação política e concordância com que governo/congresso ignorem o STF (%)



Fonte de informação política e concordância com que governo/congresso ignorem STF

$$\chi^2 = 0,99; p > 0,05$$

n = 2506

Fonte: ESEB (2018).

O Gráfico 8 aponta que, entre os sujeitos que se informam pelo noticiário da tv, 45% concordam em alguma medida que o STF possa ser desconsiderado pelos poderes executivo e legislativo; em seguida aparecem os ouvintes de rádio, com 43% de aceitação de tais práticas; em terceiro lugar estão aqueles que utilizam as redes sociais, dentre os quais 41% concordam que congresso ou governo poderiam ignorar o Supremo Tribunal Federal.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, buscamos realizar uma discussão acerca dos resultados dos dados empíricos apresentados na seção anterior, retomando os principais achados e propondo reflexões acerca deles. O primeiro gráfico dizia respeito à possível relação entre fonte prioritária de informação e confiança no Governo Federal: nele, verificou-se baixos níveis de confiança no Governo no ano de 2018, independentemente da fonte de informação

política adotada pelos entrevistados. Isso se explica em boa medida porque naquela conjuntura, além de um ambiente de negação generalizado acerca da política e de suas práticas, que ensejou a ascensão do discurso bolsonarista, o Governo de Michel Temer era extremamente mal avaliado pelos brasileiros (segundo pesquisa do Datafolha, apenas 7% dos brasileiros manifestavam aprovação ao Governo Temer no fim do mandato)⁴. No que concerne às fontes de informação de forma específica, não foi possível constatar uma força especial da informação sobre política pelas redes sociais no que tange à confiança no Governo. Cabe salientar, entretanto, que quando se fala em Governo Federal, existe uma tendência dos cidadãos a associarem mais diretamente sua confiança e avaliação em relação ao Presidente da República. Desse modo, possíveis simpatias e antipatias podem adquirir uma característica mais conjuntural e específica. A antipatia ou desconfiança em relação a um chefe do executivo pode perfeitamente não refletir uma percepção geral sobre as instituições. A depender do contexto, pelo contrário, pode até mesmo representar um sentido inverso ao da confiança mais generalizada nas instituições e na democracia, como constatam Meneguello e Del Porto (2021), ao analisar a confiança no Governo Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19: nesse caso, o apoio a um Presidente com discurso belicoso direcionado a outras instituições políticas representava um descontentamento para com as demais esferas de poder, ao passo que a antipatia em relação a este governante se combinava com uma maior confiança no que concerne a outras dimensões institucionais, que buscavam confrontar os rompantes negacionistas do mandatário do Executivo.

Em relação ao Congresso Nacional, o cenário de desconfiança também é generalizado. Nele, verificou-se um maior percentual de desconfiança entre os que não se informam sobre política. Nesse sentido, a desinformação pode ser proveniente justamente do afastamento dessas pessoas em relação ao interesse pelos debates e informações do mundo político. Em seguida, aparecem os que se informam via pesquisas no Google. Nesse sentido, cabe ressaltar que as pesquisas no Google podem levar a uma diversidade de fontes de informação e desinformação também. Então, de algum modo, as pessoas que se informam simplesmente digitando palavras-chave no Google podem ter acesso inclusive a conteúdos providos por sites propagadores de *fake news* e de discursos de ódio voltados a questionar as instituições democráticas, gerando um clima de desconfiança. Novamente,

⁴ Para mais informações acerca da pesquisa, ver <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1985723-mais-impopular-desde-collor-temer-fecha-com-reprovacao-em-baixa.shtml>. Acesso em 14/06/2022.

é necessário sublinhar que o cenário de desconfiança transcende o uso de redes sociais: a desconfiança está espalhada por todos os segmentos. Talvez o uso de redes sociais facilite a propagação de certos discursos e de notícias falsas ou distorcidas, mas não parece ser, a partir dos dados apresentados no Gráfico 2 da seção anterior, decisivo para a desconfiança no Congresso Nacional. A desconfiança é algo muito mais enraizado e crônico na cultura política do país, sendo algo recorrente nos diferentes momentos atravessados pela história da Nova República no Brasil, conforme constatam autores como Moisés (1995), Baquero (2001) e Baquero, Castro e Ranincheski (2016; 2018).

Além da verificação da confiança no Executivo e no Legislativo, examinou-se também como tal relação tem se dado em relação ao “terceiro poder”, isto é, o Poder Judiciário. Sobre essa questão, Castro (2019, p. 1290) afirma que

[...] o apoio ao Estado de direito é primordial para uma democracia e o apoio ao sistema judicial é essencial para o funcionamento do Estado de direito. Assim, não apenas a força do Judiciário, mas também a estabilidade da própria democracia depende, em alguma medida, da confiança dos indivíduos no sistema judicial.

Além disso, o Judiciário tem tido um protagonismo fundamental no noticiário político do país nos últimos anos, seja em ações como a Operação Lava-Jato, liderada pelo então Juiz Sérgio Moro, que levou à prisão e conseqüente impossibilidade de candidatura de Lula no pleito presidencial de 2018 (VEJA, 05/04/2018), seja por atritos entre o STF e o ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, que ocorreram desde que este assumiu o poder, comparecendo inclusive a manifestações que pediam o fechamento do STF (DUTRA; CAIXETA, 2020). Assim, no que tange o cruzamento entre fonte de informação preferencial e a confiança no Judiciário, os percentuais de desconfiança, ainda que não possam ser considerados baixos, são menos altos do que aqueles verificados em relação ao Governo e ao Congresso. Cabe destacar que nos últimos anos, o Judiciário tem tido um protagonismo significativo na política brasileira, em um cenário no qual as questões políticas em boa medida têm sido canalizadas por vias de processos de judicialização (FILGUEIRAS, 2012). Ainda que em menores níveis, é importante ressaltar que existe uma predominância de percentuais de desconfiança, confirmando um contexto de síndrome de desconfiança institucional que também atinge em alguma medida o Judiciário (FILGUEIRAS, 2012).

No que concerne aos partidos políticos, os dados de opinião pública também apresentam-se desoladores no contexto examinado. Existe uma desconfiança generalizada dos brasileiros para com aquelas organizações que seriam, em tese, as responsáveis por

representá-los nas esferas institucionais do país. Esses dados vão na mesma direção de constatações de estudos que examinam a questão da desconfiança nos partidos políticos brasileiros (BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2016; LAZZARI, 2017). Cabe ponderar, contudo, que a falta de confiança nos partidos não é exclusividade do Brasil, uma vez que Power e Jamison (2005) trabalham esse fenômeno em contexto latino-americano e argumentam a existência de uma síndrome de desconfiança política generalizada na América Latina. Além disso, ao redor do mundo tem existido uma preocupação relacionada à desconfiança política, que engloba os partidos (NORRIS, 1999). Entretanto, o caso brasileiro, em que a democracia ainda encontra dificuldades para responder às demandas sociais, em um cenário de profundas desigualdades agravado por discursos de intolerância e desrespeito às instituições por parte de lideranças de extrema direita, desperta especial atenção e coloca os defensores da democracia no país em estado de alerta. A verificação dos dados de fonte de informação e confiança nos partidos indica que pode existir alguma relação entre se informar sobre política nas redes sociais e apresentar uma postura de desconfiança e ceticismo no que concerne aos partidos políticos. Entretanto, sublinhe-se mais uma vez, trata-se de uma desconfiança generalizada, não se tratando de uma característica que possa diferenciar tanto assim aqueles que se informam pelas redes sociais daqueles que utilizam outras fontes para se inteirar acerca das questões políticas do país.

Em seguida, o Gráfico 5 da seção anterior apresentou os dados referentes à confiança nos militares. Pela primeira vez, entre as variáveis de confiança nas instituições examinadas neste artigo, verificou-se a confiança superando a desconfiança em quase todas as categorias. A questão da confiança nas Forças Armadas pode remeter justamente ao processo de transição ocorrido no Brasil, que foi caracterizado por ter sido altamente pactuado e controlado pelos militares brasileiros (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988; ARTURI, 2001). Isso teria permitido que as Forças Armadas tivessem saído do poder com a imagem menos arranhada, mantendo-se como instituições vistas como confiáveis para a maioria dos brasileiros, e ainda considerados como atores que poderiam cumprir um papel político relevante nesse cenário (GONZÁLEZ; LENTZ, 2012). Esse contexto de algum modo ajuda a inflar discursos políticos que acenam a possíveis “intervenções políticas” das Forças Armadas no Brasil, o que sempre merece atenção.

Após os cruzamentos entre confiança nas instituições e fonte de informação política, passou-se a examinar as possíveis relações entre a adoção de tais fontes e os valores democráticos, iniciando pelo apoio à democracia. Foi possível constatar a existência de um

significativo apoio normativo ao regime democrático entre os brasileiros. Isto significa que, pelo menos na superfície dessas manifestações, o importante apoio normativo já constatado por José Álvaro Moisés em meados dos anos 1990 não tem sido abalado. Evidentemente, algo a ser explorado remete ao sentido conferido pelos entrevistados à palavra “democracia”, em tempos nos quais uma série de conceitos acabam por ser ressignificados. Nesse sentido, é importante ter a noção de que se está falando de democracia em um ambiente que é caracterizado por autores como Gamboa (2018) como “pós-democracia”, em que líderes, discursos e práticas populistas ascendem com o verniz da democracia, mas com substância pouco democrática, voltada a interesses de grupos econômicos que passam à margem dos interesses do conjunto da sociedade. De modo geral, não parece haver uma relação significativa entre adotar as redes sociais como fonte de informação e o apoio normativo ao regime democrático, ou mesmo à abertura a uma hipótese autoritária. No entanto, cabe ressaltar que, como dito anteriormente, o significado atribuído à democracia pode variar. Em alguns momentos, uma manifestação favorável à democracia pode conviver com valores autoritários sem que isso represente necessariamente uma contradição para aquele que assim se manifesta.

O Gráfico 7 da seção anterior mostrou justamente aquilo que ventilávamos logo acima: a adesão à democracia como ideia não significa necessariamente a ausência de valores autoritários. No contexto brasileiro, essas coisas podem conviver sem aparente contradição para os cidadãos. Moisés (1995) já documentava tal natureza de fenômeno na cultura política brasileira constatando a existência de um “um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários — com componentes ‘estatistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado” (MOISÉS, 1995, p. 105). A respeito desta convivência de democracia com valores autoritários, Morais e Milanezi (2020, p. 47) argumentam que

Mesmo as novas instituições, que são democráticas, também carregam um legado autoritário herdado das instituições autoritárias, tendo elas mudado ou não. Em uma realidade em que mesmo instituições democráticas possuem traços de autoritarismo, não se pode exigir o inverso dos cidadãos de modo geral.

Desse modo, tal estado de coisas não chega a ser uma surpresa para quem examina a cultura política brasileira. E os dados corroboram isso. Isto é, apesar de existir uma preocupante aceitação de práticas que vão na contramão da democracia, o fato de se informar por meio das redes sociais não parece desempenhar um papel especial em

relação a este fenômeno, que se manifestou significativamente em praticamente todas as categorias examinadas no respectivo gráfico.

Por fim, o Gráfico 8, de modo geral, indicou que a aceitação ao desacato ao STF por parte do governo e do congresso apresenta percentuais menores na comparação com a aceitação ao desrespeito às leis e às instituições. Também são minoritários em relação à discordância de que a instância máxima do poder judiciário brasileiro seja ignorada. Isso não significa, porém, que sejam números desprezíveis. Todo esse emaranhado demanda muita reflexão por parte de todos aqueles que prezam pela democracia e suas instituições no país. Um contexto no qual discursos golpistas, de ódio às instituições e de não aceitação dos resultados do processo eleitoral democrático estão presentes no repertório de lideranças políticas influentes, e no qual há indivíduos dispostos a tudo em nome desse tipo de ideia, exige cuidados e muita atenção. Os fatos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes extremistas invadiram e depredaram as sedes dos três poderes (G1, 08/01/2023), corroboram a necessidade deste alerta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos desenvolver uma reflexão, ancorada em dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2018, acerca de possíveis impactos das redes sociais da internet sobre a postura dos brasileiros em relação à democracia e às instituições. Existe uma literatura significativa que tem centrado suas atenções sobre os benefícios e malefícios que poderiam ser gerados a partir do uso dessas redes, uma vez que nelas são propagadas notícias - muitas delas falsas ou distorcidas - e criam-se bolhas de opinião que estimulariam a polarização política. Isso tudo conduziria, ao fim e ao cabo, a posturas extremistas que poderiam colocar em xeque os valores democráticos.

A partir dos resultados encontrados, não foi possível estabelecer uma relação clara entre o uso das redes sociais como fonte prioritária de informação e a desconfiança nas instituições políticas, bem como no que concerne ao apoio normativo ao regime e a valores mais ou menos autoritários. Nesse caso, é importante levar em consideração o fato de que, antes de mais nada, as redes constituem um veículo no qual notícias e opiniões são publicadas e disseminadas; são, desse modo, um ambiente no qual se desdobra uma parte significativa do debate público. Essa tendência evidentemente não pode ser

menosprezada. Porém, também não devemos superestimar seus efeitos reais sobre a opinião pública.

O que os dados demonstraram, de modo geral, foi uma situação generalizada de desconfiança institucional, de um significativo apoio normativo à democracia, e da convivência deste com valores que desafiam a própria democracia, como a aceitação de líderes políticos que desrespeitem as leis e as instituições. Estes são problemas crônicos, detectados ao longo do tempo pela literatura, e que estão presentes na opinião pública brasileira muito antes do advento da internet e das redes sociais. Assim, a despeito de haver uma preocupação em relação ao papel que as redes sociais vêm desempenhando nos processos democráticos contemporâneos, não parece haver uma relação tão direta entre usar as redes sociais e manifestar menor confiança nas instituições, ou mesmo valores democráticos mais frágeis em relação ao conjunto dos brasileiros. Os testes estatísticos de Qui Quadrado que foram realizados não indicaram associação entre tais dimensões. Na única variável em que existe associação com a fonte de informação, esta associação se deu no sentido de que aqueles que utilizam as redes sociais como meio principal de informação política manifestaram menos propensão a apoiar um líder forte que passasse por cima das instituições, em comparação com aqueles que informaram adotar outras fontes de informação como prioritárias.

O que há, de fato, é um cenário generalizado de desconfiança e de convivência de apoio normativo ao regime democrático com perspectivas que atentam contra a institucionalidade democrática. Isso remete à necessidade de permanente vigilância democrática no que concerne à possibilidade de erosão da democracia por dentro do próprio regime, e sob o pretexto de protegê-la, como líderes populistas costumam fazer.

Colocar as redes sociais como mais um ingrediente da dinâmica democrática no contexto brasileiro é algo inescapável. O debate público passa também por essas ferramentas. Porém, utilizando uma expressão bastante popular no país, “o buraco é mais embaixo”. Mais do que o meio pelo qual certas mensagens e valores são disseminados, torna-se um desafio destrinchar e compreender, cada vez mais, os motivos que levam a um estado de coisas que ainda traz sérias preocupações a respeito de um processo de erosão da democracia brasileira.

Cabe, ainda, refletirmos de forma mais aprofundada em estudos futuros, sobre o sentido que os cidadãos conferem à palavra “democracia”. O que se está compreendendo por democracia, exatamente? Que espécie de “democracia” poderia conviver com violações e desrespeito à institucionalidade democrática? No cenário atual, confunde-se

democracia com populismo, a partir do estímulo de lideranças que arbitrariamente definem o que seria a “vontade do povo”. Tal confusão pode conduzir a uma “democracia aparente”, na qual os procedimentos são mantidos, mas com um conteúdo antidemocrático.

Por isso, faz-se necessário pensar a democracia no Brasil para além dos meros procedimentos. Mais do que isso, faz-se necessário pensar uma cultura política democrática de forma mais substantiva e protagônica, que ultrapasse o âmbito das ideias abstratas e remeta às práticas políticas e aos comportamentos dos diversos setores da sociedade. Democracia é mais do que uma palavra. Ela passa por respeito ao outro, pela valorização das diferenças e da pluralidade, e por uma relação menos hostil entre a sociedade e suas instituições. E, para que isso se materialize, ainda há muitos e importantes passos a percorrer.

REFERÊNCIAS

ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Rev. Sociol. Pol.**, n. 17. Curitiba, Novembro, 2001.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. Boston: Little, Brown and Company. 1989.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconstrução democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (4), dez 2001.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos; RANINCHESKI, Sonia. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 36, 2016.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos; RANINCHESKI, Sonia. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, v. 12, n. 1, 2018.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2002.

BARRY, Brian. **Sociologists, economists and democracy**. Chicago: The Chicago University Press. 1998.

BRITTES, Juçara Gorski; CARNEIRO, Daiana Barboza; RUGGIERI, Ana Luísa. Bolsonaro X Haddad: a configuração da disputa de sentidos a partir de estratégias discursivas

presentes nas fanpages dos candidatos durante a campanha à presidência. **Revista Compolítica**, v. 10 (1), 2020.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora**, v. 7, n. 21, out 2014- jan 2015.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DUTRA, Francisco; CAIXETA, Fernando. Bolsonaro participa mais uma vez de ato que pede fechamento do STF. **Metrópoles**, 31/05/2020. Link: <https://www.metrosoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-participa-mais-uma-vez-de-ato-que-pede-fechamento-do-stf> . Acesso em 27/06/2022.

EASTON, David. **A systems analysis of political life**. Nova York: John Wiley. 1965.

FILGUEIRAS, Fernando. Judicialização da política, confiança nas instituições e percepção sobre a igualdade. **VIII Encontro da ABCP**, 2012.

G1. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-qual-as-consequencias.ghtml> . Acesso em 29/01/2023.

GAMBOA, Héctor. De la democracia liberal a la posdemocracia: explicaciones sobre el malestar ciudadano contra las elecciones. **Revista Estudios Políticos**, n. 45, 2018.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf.; LENTZ, Rodrigo. Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 2, maio/agosto 2012.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, Ronald. Trust, well-being and democracy. In: WARREN, Mark E. (Ed.). **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

LAZZARI, Eduardo Alves. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, maio-agosto 2017.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, abril-maio 2006.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **Transinformação**, 25 (1), jan-abr 2013.

- MENEGUELLO, Raquel; DEL PORTO, Fabíola. A confiança em um governo de crise e retrocesso. **Revista USP**, n. 131, outubro/novembro/dezembro 2021.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.
- MORAIS, Jennifer Azambuja; MILANEZI, Felipe. Democracia convivendo com o apoio a regimes autoritários: a cultura política dos jovens porto-alegrenses. **Conexão Política**, v. 9, n. 2, jul-dez 2020.
- NORRIS, Pippa. **Critical citizens**: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University Press. 1999.
- NORRIS, Pippa. **Democratic deficits**: critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University Press. 2011.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.
- PARISER, Eli. **The Filter Bubble**: What the internet is hiding from you. USA: Penguin Group, 2011.
- PATEMAN, Carole. Political culture, political structure and political change. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 3, p. 291-305, 1971.
- PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney (Orgs.). **The civic culture revisited**. Boston: Little, Brown and Company. 1989.
- PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. **IV Encontro Compolítica**. 2011.
- PERLOFF, Richard M. The Third-Person Effect. In: BRYANT, Jennings; ZILLMANN, Dolf (Org.). **Media Effects**: advances in theory and research. 2. ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 489–506, 2002.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PYE, Lucian. Culture and political science: problems in the evaluation of the concept of political culture. **Social Science Quarterly**, v. 53, n. 2, p. 285-296, 1972.
- RENNÓ, Lucio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, n. 45, p. 71-91, 1998.
- RIBEIRO, Ednaldo. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná / UFPR, Curitiba/PR. 2008 .
- SCHMIDT, Flávia de Holanda. Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal. Nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2022.

VALENZUELA, Sebastián; PARK, Namsu; KEE, Kerk. Is There Social Capital in a Social Network Site?: Facebook Use and College Students Life Satisfaction, Trust, and Participation. **Journal of Computer-Mediated Communication**, volume 14, issue 4, 2009.

VEJA. Veja a íntegra da decisão de Moro que mandou Lula à prisão. 05/04/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/veja-a-integra-da-decisao-de-moro-que-mandou-lula-a-prisao/> . Acesso em 27/06/2022.

VITAK, Jessica; ZUBE, Paul; SMOCK, Andrew; CARR, Caleb; ELLISON, Nicole; LAMPE, Cliff. It's Complicated: Facebook Users' Political Participation in the 2008 Election. **Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking**, v. 14, n. 3, march 2011.

WARREN, Anne Marie; SULAIMAN, Ainin; JAAFAR, Noor Ismawati. Social media effects on fostering online civic engagement and building citizen trust and trust in institutions. **Government Information Quarterly**, volume 31, issue 2, 2014.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

USO DAS REDES SOCIAIS, VALORES DEMOCRÁTICOS E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NO BRASIL

Bruno Mello Souza

Doutor

Universidade Estadual do Piauí, Departamento de Ciências Sociais, Teresina, Piauí

brunosouza@cchl.uespi.br

<https://orcid.org/0000-0003-1611-0581> 

Maria Antonia Vieira

Graduanda

Universidade Estadual do Piauí, Departamento de Ciências Sociais, Teresina, Piauí

mariaavieira@aluno.uespi.br

<https://orcid.org/0000-0001-8203-9977> 

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 05/08/2022

Aprovado em: 30/01/2023

